



*AMIG agora
é Brasil*

AMIG passa a atuar em defesa dos municípios mineradores do Brasil para fortalecer o setor e capacitar os municípios

A atuação da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) tem sido decisiva para relevantes conquistas que beneficiam as cidades mineradoras e impactadas pela mineração de todo o país, além da defesa de uma mineração sustentável. Um dos exemplos desse protagonismo foi a vitória do novo Marco Regulatório, sancionado pelo Governo Federal por meio da Lei 13.540, que aumentou os valores das alíquotas dos royalties da mineração, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Diante dessa importância, das conquistas históricas, da visibilidade da instituição nas discussões do segmento mineral e da solicitação de diversos municípios de outros estados, a AMIG passa a ter uma atuação nacional, representando, além dos municípios mineiros, todos os estados mineradores do país.

Para o presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil, Vitor Penido, a ampliação da atuação da AMIG dá ainda mais legitimidade para a defesa dos municípios. Ele destaca que com a filiação à AMIG, os municípios mineradores e im-

pactados de todo país podem ter assessoria jurídica, orientação para licenciamento ambiental, assessoria tributária relacionada à CFEM, treinamento para fiscalização junto às mineradoras, em parceria com a Agência Nacional de Mineração (ANM), entre outras diversas atividades. Essa iniciativa foi formalizada durante assembleia da AMIG com os associados e demais membros da diretoria para aprovação da mudança do estatuto. "Nosso objetivo é ajudar as cidades a cada vez mais garantirem autonomia para as atividades, uma fiscalização constante, aumento na arrecadação e a diversificação econômica porque sabemos que a mineração tem um fim e os municípios precisam desse suporte", afirmou o presidente. Dentre as atuações da instituição está a ampla interlocução junto ao poder público e aos diversos stakeholders para defender os direitos municipais relacionados ao setor mineral. "Diversos municípios já procuraram a entidade interessados na associação. Além disso, a iniciativa aconteceu em resposta ao manifesto público dos prefeitos de todo país, que estiveram presentes no II Encontro Nacional dos Municípios Mineradores, em junho, desse ano", ressaltou Vitor.

**AMIG oferece
consultoria ambiental
aos municípios**

Pág.05

**Governador eleito fala
sobre suas propostas
para o setor mineral**

Pág.06

**Municípios associados
participaram do curso
de Gestão Ambiental**

Pág.12

Palavra do Presidente!



O ano de 2018 se destaca pela efetividade dos trabalhos da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) e pela consolidação de vitórias frente às ações exercidas ao longo de quase 30 anos. Ampliamos a nossa representatividade em nível nacional ao atender uma solicitação de diversos municípios mineradores de importantes estados da federação como Pará e Goiás. O pedido foi realizado durante o nosso II Encontro Nacional de Municípios Mineradores e efetivado em assembleia com os diretores e associados, que alterou o nosso estatuto. A AMIG agora é Brasil! A nossa responsabilidade aumenta ainda mais. Aumenta também a nossa força para atuarmos juntos, defendendo os direitos dos municípios para promover uma mineração mais justa e sustentável.

Outro fator que reforça o relevante papel da AMIG é que, agora, todos os estados mineradores do país poderão se capacitar mais e atuar com excelência ao receberem consultorias jurídica, tributária e de relações institucionais com técnicos experientes, promovendo mais eficácia na gestão pública com auditorias no recolhimento e repasse da CFEM, acompanhamento na elaboração de procedimentos para aumento da arrecadação e, por consequência, mais recursos para investir em ações para a população.

Todo esforço e luta coletiva valem muito! O reflexo dessas ações pode ser constatado com o recorde histórico de arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), alcançando mais de R\$ 3 bilhões, como você pode conferir nessa edição. Esse valor se transforma em obras na área de infraestrutura, em educação e saúde para a população, não só das localidades que possuem atividade mineradora, mas também nas cidades que sofrem com as ações da mineração em seu território, os chamados municí-

pios impactados. Desde o início do ano, estamos buscando a publicação da relação dos municípios junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) para que eles possam receber o valor devido acumulado da CFEM.

Um grande orgulho também é finalizar a nossa gestão implementando mais um serviço com o lançamento da consultoria ambiental, que vai auxiliar as cidades nas demandas referentes à gestão ambiental. Um licenciamento ambiental realizado de forma correta auxilia no desenvolvimento das cidades, na geração de emprego e renda, além de ser uma importante fonte de arrecadação. Além disso, realizamos no mês de outubro o primeiro Curso de Gestão Ambiental Municipal que capacitou diversos servidores de municípios associados. Confira todas essas novidades nesta edição. O ano está se encerrando repleto de expectativas em relação ao nosso futuro! Esse sentimento se deve, principalmente, à escolha que fizemos dos nossos representantes nas esferas federal e estadual. O nosso jornal traz uma entrevista exclusiva com o governador eleito de Minas Gerais, Romeu Zema que fala de suas propostas para a área da mineração e como auxiliar a economia dos municípios.

Todas as conquistas e iniciativas em benefício do associado foram possíveis porque cada município se dedicou e participou ativamente, além da nossa equipe de consultores e corpo administrativo da entidade. Muitas mudanças ocorreram este ano e você faz parte dessas nossas conquistas! Por isso, recebam meu agradecimento e a certeza de que um sonho que se sonha junto vira realidade! E quando sonhamos e atuamos juntos, conseguimos transformar a mineração no Brasil. Desejamos um excelente final de ano e uma boa leitura!

Vitor Penido de Barros

DIRETORIA

Presidente:

Vitor Penido
Prefeito de Nova Lima

Vice-presidente:

Ronaldo Lage Magalhães
Prefeito de Itabira

Diretor financeiro:

Alexander Silva Salvador de Oliveira
Prefeito de Itabirito

Diretor administrativo:

Antônio Carlos Noronha Bicalho
Prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo

Diretor de meio ambiente:

José Fernando Aparecido de Oliveira
Prefeito de Conceição do Mato Dentro

Conselheiros fiscais:

Neider Moreira de Faria
Prefeito de Itaúna
Marco Aurélio Rabelo Gomes
Prefeito de Pains

Comunicação AMIG

Thais Castro

EXPEDIENTE

Projeto Gráfico e Editorial

Com Você Comunicação e Relacionamento

Redação e Edição

Atená Maria
Luciane Marazzi
Fabiola Mesquita

Reportagem

Atená Maria
Laura Barbosa
Sirlene Amorim

Editora

Fabiola Mesquita

Fotos

Atená Maria - Com Você
Divulgação Romeu Zema
Glastone Campos - Brasil Mineral

Esta é uma publicação da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais AMIG

Rua Matias Cardoso, 11, 7o andar
Santo Agostinho - Tel (31) 3275-3770
e-mail: amig@amig.org.br
Site: www.amig.org.br

Suporte aos municípios em todo país e orientação técnica



Municípios pedem para AMIG atuar nacionalmente

O suporte da associação é fundamental para as cidades. Entre os serviços disponibilizados para os associados estão a Consultoria Tributária, Jurídica e Ambiental. A orientação tributária auxilia os municípios no controle da CFEM, na distribuição dos valores de forma correta e possui uma ação consolidada em parceria com a ANM, órgão que tem como finalidade promover a gestão dos recursos minerais da União, bem como a regulação e a fiscalização das atividades para o aproveitamento dos recursos minerais no país. Como exemplo, este ano foi realizado um trabalho em conjunto com a Agência, municípios mineradores e AMIG com a finalidade de reavaliar os débitos da CFEM das empresas do Grupo VALE S.A.

O prefeito da cidade de Canãa dos Carajás no Estado do Pará, Jeová Gonçalves de Andrade, revela a expectativa em poder contar com os serviços de consultoria da entidade. “Não temos ainda a expertise na área como outros municípios. A cada mês quando recebemos o valor da CFEM não sabemos se o valor está realmente correto. Nosso volume de arrecadação é enorme e queremos o suporte desta associação tão importante e com a força que a AMIG tem para nos auxiliar, defender e principalmente nos representar em várias esferas, com os órgãos reguladores. Como município, individualmente, não temos força alguma. Por isso, a AMIG é tão importante”, ressaltou. Em Canãa dos Carajás está localizado o S11D, maior complexo minerador do país e responsável por grande parte da extração de minério de ferro do país.

Assessoria em gestão e licenciamento ambientais

A Consultoria Ambiental é outro importante serviço lançado, recentemente, que tem como finalidade prestar assessoria e consultoria prioritariamente preventiva aos municípios, atuando nas áreas de legislação e gestão ambiental, sustentabilidade, além de contribuir no entendimento de normas, decretos e leis ambientais, sobretudo nas questões ligadas ao licenciamento ambiental. Os municípios possuem dificuldades para implementar o licenciamento ambiental e esse serviço é fundamental. Na área jurídica,

os associados são orientados sobre a correta aplicação da CFEM, sobre a discussão e proposição de instrumentos normativos de âmbito municipal que possam otimizar o acompanhamento dos trabalhos de fiscalização da atividade minerária; assim como a legalidade do uso e ocupação do solo municipal para o exercício da atividade, entre outros. “Sabemos da nossa responsabilidade perante o país, não somos contra a mineração. Queremos a exploração nos municípios, mas com responsabilidade. Não aceitamos uma mineração que polui, que não tem fiscalização, que não tem compromisso com a cidade. Nós queremos o desenvolvimento que a atividade mineral traz para todos os municípios”, enfatiza Vitor.

Para o prefeito de Brumado (BA), Eduardo Jorge Vasconcelos de Lima, a expansão da AMIG para novos associados de outros estados é motivo de comemoração. “Acompanho a AMIG há muitos anos e sabemos dos inúmeros êxitos que esta instituição proporcionou às cidades mineradoras. A ampliação tem um grande significado, pois nos sentimos mais seguros para buscarmos os nossos direitos frente ao Governo Federal e as mineradoras. Tenho certeza de que teremos muitas conquistas”, afirma. Os principais minérios encontrados no município são magnesita e talco. De acordo com Eduardo, em prospecção realizada na região, há uma estimativa de 500 a 700 milhões de toneladas de minério de ferro. “Estamos nos tornando uma potência e temos que buscar o equilíbrio entre crescimento econômico e a estrutura da cidade. Os valores dos royalties, por exemplo, irão nos ajudar muito”, conclui.

Fortalecimento coletivo

Penido destaca ainda que, juntos, os estados de Minas Gerais, Pará e Goiás representaram um total de R\$ 2,1 bilhões de arrecadação até outubro desse ano. “Isso é muito significativo, equivale a quase 90% da arrecadação nacional da CFEM e reforça também a importância da união e de nos fortalecermos coletivamente, não apenas como os maiores produtores de minério de ferro como também todos os municípios produtores de outros minerais como ouro, bauxita, manganês, cobre, entre outros, e que também precisam dos recursos para o desenvolvimento das suas cidades”, conclui Vitor.

“Como município, individualmente, não temos força alguma. Por isso, a AMIG é tão importante”

Jeová Gonçalves

AMIG cobra posição da ANM em benefício dos municípios mineradores e impactados



Representantes em reunião com a ANM

A diretoria e todo o corpo técnico da AMIG vêm acompanhando com a máxima atenção e, de forma permanente as ações da Agência Nacional de Mineração (ANM), que foi criada pela lei 13.575/2017, de forma que as demandas dos municípios mineradores e impactados ocorram, dentro do possível, o mais rápido. Para que esse acompanhamento fosse feito de forma precisa, ao longo de todo o ano, a entidade se reuniu por várias vezes com representantes da Agência.

A primeira reunião ocorreu dia 21 de agosto e, dentre os assuntos tratados, além da cobrança de agilidade na identificação dos municípios que receberão uma parte da CFEM por se tratarem de cidades que sofrem impactos da atividade (barragens, ferrovias, dutos, pilhas de estéréis, dentre outros), também foi discutida a continuidade do grupo de trabalho que apura as dívidas de mineradoras com os municípios, que na segunda fase, segue para a Superintendência de Minas Gerais.

Foi solicitado também, esclarecimentos sobre os Acordos de Cooperação Técnica/ convênios firmados entre Municípios/ AMIG e antigo DNPM. Segundo a agência, os atuais convênios permanecem vigentes indiferente à mudança da legislação. Outro assunto muito aguardado foi a elaboração das normas de fiscalização e o treinamento de fiscais municipais. A ANM deve criar um novo manual com as regras estabelecidas na nova legislação. Com base nesse documento e com a efetiva capacitação dos servidores, as prefeituras terão condições legais para exercer a fiscalização da CFEM. "São solicitações importantes para os municípios mineradores. Com relação aos municípios impactados, por exemplo, já são mais de 200 milhões de reais parados por essa falta de definição. É um valor considerável e que auxiliaria muito esses locais", ressaltou o presidente da AMIG Vitor Penido.

Com a demora na definição da diretoria da Agência, o andamento de várias demandas estão paradas, por exemplo, o manual para a nova fiscalização nas cidades. "O prazo definido não foi cumprido e, com isso, seguimos sem um novo manual para a fiscalização de acordo com as novas regras estabelecidas, o que causa um grande prejuízo para as cidades", diz Vitor. Para tentar agilizar o processo, a AMIG propôs uma parceria com o atual corpo técnico da ANM, no dia 11 de setembro, para apoio na sabatina do Senado que iria escolher os nomes para presidir o órgão. Ao manter uma diretoria atuante, empenhada nas demandas dos municípios, a resolução dos problemas virá de forma mais rápida e concreta, por isso, o apoio da associação dos nomes atuais. Para tanto, o órgão deve finalizar com maior rapidez os trabalhos já iniciados. O presidente reafirma o compromisso da entidade. "Vamos continuar cobrando um posicionamento do Governo e nos colocamos à disposição para trabalhar em conjunto com a ANM na resolução das demandas", concluiu.

“Vamos continuar cobrando um posicionamento do Governo e nos colocamos à disposição para trabalhar em conjunto com a ANM na resolução das demandas”

Vitor Penido

AMIG oferece consultoria para capacitação de gestão ambiental

Os municípios mineiros enfrentam diversos desafios para implementar o processo de licenciamento ambiental. Além da necessidade de capacitação técnica especializada e de uma estrutura legal adequada, soma-se a isso a delicada situação financeira de algumas cidades. Para se ter uma ideia, hoje, apenas 32 municípios têm autorização do Governo do Estado para conceder essas licenças, ou seja, dos 853 municípios, apenas 4% podem fazer o licenciamento. Diante desse cenário preocupante, a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG) passou a ofertar aos seus associados o serviço de consultoria ambiental a fim de capacitar os municípios. A proposta é oferecer orientação adequada, de forma preventiva, além de contribuir no entendimento de normas, decretos e leis ambientais, sobretudo nas questões ligadas ao licenciamento ambiental.

São diversas as vantagens para as prefeituras que estiverem aptas a realizar o processo de Licenciamento Ambiental. Além de ter uma equipe técnica preparada com capacidade para aprovar mais rapidamente os trâmites burocráticos e gerar desenvolvimento econômico, o município também consegue consolidar a gestão ambiental em seu território, que hoje é um diferencial para que os municípios consigam diversificar a economia e os atrativos do ponto de vista de investimento.

Licenciamento ambiental auxilia na arrecadação

Outro benefício do Licenciamento Ambiental é auxiliar na arrecadação. De acordo com o consultor da AMIG, Danilo Vieira, além de viabilizar o licenciamento, o município atrai investimentos, mais empregos e tudo isso gera um ciclo virtuoso, potencializando o desenvolvimento. Vieira alerta que 96% dos municípios mineiros ainda não realizam o licenciamento ambiental por falta de equipe técnica capacitada. “Essa é uma situação preocupante, já que esse processo é de extrema importância para garantir o desenvolvimento das cidades e mitigação ou compensação dos impactos sociais e ambientais gerados pelas atividades de desenvolvimento econômico”, destaca. O presidente da AMIG e prefeito de Nova Lima, Vitor Penido, relata que a iniciativa surgiu com a preocupação da entidade em poder auxiliar corretamente os prefeitos. “Temos que ter em mente que o desenvolvimento econômico sustentável é um dos temas de maior relevância no mundo atual, pois traz à tona a necessidade de gerar renda e empregos, além de receita para a cidade, sempre pautando no equilíbrio com as questões que envolvem a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais”, disse.

Porteirinha se prepara para o Licenciamento Ambiental

O município de Porteirinha, localizado na região Norte do Estado, foi uma das cidades atendidas pela entidade. A secretária de Meio Ambiente e Turismo, Rosália Ferreira e a engenheira agrícola e ambiental, Raissa Mendes, estiveram na sede da AMIG para reunião com os consultores. Entre as orientações, as servidoras municipais esclareceram pontos sobre a Mineração Riacho dos Machados/MG, e a condução adequada diante de novas mineradoras que pretendem se instalar no município. O consultor orientou também sobre os procedimentos adequados junto ao Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA).



Raissa Mendes - Engenheira Agrícola
e Rosália Ferreira - Sec. Meio Ambiente de Porteirinha

Para a Secretária Municipal de Meio Ambiente, o serviço oferecido pela AMIG é de extrema importância para esclarecer as dúvidas e percorrer o caminho correto para fazer o licenciamento ambiental na região. “A Secretaria foi criada no município este ano, por esta razão, sentimos a necessidade de saber mais sobre o setor. Precisamos orientar as empresas que chegam à nossa região para instalação de indústrias, mas também precisamos proteger o nosso meio ambiente”, contou Rosália. A engenheira ambiental do município aponta também a necessidade em orientar os moradores de Porteirinha sobre a fiscalização correta de uma construção sem acabar com a nossa maior riqueza. “Temos muitos recursos hídricos e com uma boa licença, a cidade estará protegida do mau uso das águas, evitando a exploração e contaminação, que uma empresa pode gerar, por exemplo. É este argumento que usaremos com os moradores para que eles percebam a importância e o cuidado que devemos ter com o nosso bem maior”, esclareceu Raissa.

Zema defende austeridade das contas públicas, seguro ambiental e turismo para diversificação econômica



O empresário Romeu Zema foi a grande revelação no cenário político mineiro nas eleições 2018. Eleito a Governador de Minas Gerais, com 71% dos votos válidos, Zema 54 anos, nunca havia concorrido a um cargo público. Em entrevista exclusiva para o Espaço Mineral, o executivo ressaltou a necessidade da simplificação de tributos, afirmou que a CODEMIG será parceira para atrair novos investidores e que os valores arrecadados pela CFEM serão utilizados de forma correta no Estado. Confira a entrevista abaixo.

Como será a política de desenvolvimento e fomento econômico em Minas Gerais durante o seu mandato?

Durante toda minha campanha dizia, e continuo afirmando, que queremos que o Estado seja amigo de quem trabalha, e não seu inimigo. Queremos simplificar o emaranhado da burocracia, facilitar a vida do empreendedor, seja ele de pequeno porte ou uma média e grande empresa. Nosso ICMS, por exemplo, além de ser extremamente complexo, pratica uma das maiores alíquotas de todo o país, o que afasta investidores. Atu-

almente, o empresário se preocupa mais com a complexidade da legislação do que com a melhora do seu negócio. Além disso, esse sistema complexo eleva os gastos do Governo com controle e fiscalização de tributos. Nosso Governo irá simplificar tributos, facilitar o ambiente de negócios e torná-lo previsível para o empreendedor, que deixará de ter medo de investir.

Existe algum projeto específico de desenvolvimento econômico para os municípios mineradores de Minas, principalmente pelo fato de terem suas economias calcadas numa atividade finita?

A questão da extração de commodities está ligada a um ciclo de produtividade: começo, meio e fim. Sabemos que em Minas, no que diz respeito ao minério, os recursos ficarão escassos em algum momento. Muitas cidades mineradoras se localizam em rotas turísticas. O turismo pode ser uma alternativa à redução da atividade mineradora em médio e longo prazo. Além disso, prefeituras, em parceria com o Estado, podem desenvolver planos para atração de investimentos na localidade. Deve-se

“Deve-se promover um ambiente favorável para que estas cidades possam desenvolver sua economia local, para além da mineração”

promover um ambiente favorável para que estas cidades possam desenvolver sua economia local, para além da mineração. Outra preocupação é como será a mitigação dos impactos da atividade.

A matriz econômica de Minas é muito concentrada, quais são seus projetos para mudar esta realidade?

Nosso grande projeto é incentivar o mercado produtivo, facilitando a vida do empreendedor para ele gerar emprego e renda. Queremos diversificar a nossa economia e estimular a concorrência, o que só traz vantagens para o consumidor. Também pretendemos atrair novas empresas, além de trazer de volta aquelas que optaram sair daqui por causa das dificuldades, criando empregos e, por consequência, aquecendo a economia do Estado.

A criação da CFEM teve como seu principal objetivo financiar a infraestrutura e a diversificação econômica das cidades mineradoras. Porém, durante muitos anos o estado de Minas deixou de aplicar esta vital contribuição nesses objetivos citados. Como o senhor pretende inverter esse erro no comportamento do Estado, e como a CODEMIG poderá contribuir nesse sentido?

Com nossa política de austeridade nas contas do Estado, voltaremos a fazer com que o fluxo de caixa seja destinado e utilizado de forma correta. Será assim com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) que entra no caixa do Estado e, cuja alíquota para os municípios vai diretamente para as prefeituras, felizmente, pois assim não houve retenções como as que têm ocorrido com o ICMS e o Fundeb, atualmente, em Minas. Esse recurso destinado aos cofres de Minas tem que ser utilizado para recompor a atividade econômica onde a extração esteja em fase final de produção, afinal, estamos falando de um recurso natural finito e de complexa extração e agregação de valor. Vamos intensificar a atração de empresas que possam valorizar as atividades de commodities. Seja na mineração ou no agronegócio. A Codemig será parceira nessa interlocução para atrairmos empreendedores e, por consequência, intensificar a geração de emprego e renda com atividades de maior valor agregado.

O senhor em algumas entrevistas ressaltou a grande burocracia e a dificuldade com relação a licenciamentos no

âmbito estadual. Como pretende mudar essa situação?

Pretendemos agilizar a concessão de licenças ambientais, especialmente para as mineradoras, com o auxílio de seguradoras, que tem um crivo até mais elaborado do que a fiscalização estatal no que tange à prevenção de acidentes. Lembro que hoje temos licenças de mineradoras que estão há dez anos aguardando uma resposta. Queremos agilizar o licenciamento, porém, garantindo a preservação dos recursos naturais. Ressalto ainda que o desastre de Mariana nos mostrou que uma empresa estar formalmente regularizada não significa estar apta a operar com segurança. Daí minha proposta da obrigatoriedade de contratação de seguradoras do setor privado para toda atividade que oferecer risco ambiental. Como já disse, a seguradora vai fiscalizar de forma rigorosa, pois, na ocorrência de qualquer sinistro, ela que terá de arcar com os prejuízos. O Estado deve atuar para garantir punição e rápido e o cumprimento das leis, em casos como o de Mariana.

Nos últimos meses, Minas foi ultrapassada pelo Pará em termos de arrecadação da CFEM. Diante disso, qual a posição do Governo de Minas no sentido de recuperar a liderança nacional na atividade de mineração? Quais as propostas para essa área?

Com essa nova visão de securitizar a atividade, em paralelo à fiscalização estatal, daremos o dinamismo que a atividade finita exige para que continuemos sendo competitivos no mercado nacional e internacional. O Estado do Pará tem uma grande dimensão, além de lavras ainda inexploradas em maior quantidade do que Minas. A nossa preocupação é como será a transição para os municípios que tiverem praticamente encerradas as atividades mineradoras. Por isso, é importante uma gestão responsável e bem feita dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com a aplicação destes 15% destinados ao Estado em regiões produtoras.

“Minha proposta da obrigatoriedade de contratação de seguradoras do setor privado para toda atividade que oferecer risco ambiental.”

Grupo de Trabalho apura dívidas das mineradoras com municípios



Grupo de Trabalho se reuniu em Brasília

A Agência Nacional de Mineração (ANM), convidou os municípios mineradores que possuem valores a receber, referente à cobrança de dívidas das empresas do Grupo Vale, para instituírem um Grupo de Trabalho (GT) com objetivo de sanar divergências de valores e dar sequência aos processos de cobrança. Dessa forma, os municípios e a AMIG se empenharam em formar um grupo de alta qualidade para auxiliá-los neste trabalho. O encontro foi realizado na sede da Agência em Brasília, com representantes dos municípios de Congonhas, Mariana, Nova Lima e São Gonçalo do Rio Abaixo e representando a AMIG, a economista Luciana Mourão e a consultora tributária Roseane Seabra.

Foram dez dias de empenho e dedicação minuciosa na execução das atividades propostas, de forma que pudessem ser minimizados possíveis erros e, consequente aumento na precisão dos resultados finais, como explica Luciana. “Trata-se de auditar e lançar em planilha os valores que cada município recebeu

referente ao pagamento de dívidas nos anos anteriores, depois, apurar o que este município ainda tem a receber”. No entanto, as apurações não foram finalizadas, devido ao atraso no encaminhamento de dados. “Nem todas as cidades tiveram a auditoria concluída, como é o caso das cidades de Brumadinho e Nova Lima, devido ao atraso no envio de dados da empresa MBR. Portanto, farão parte da revisão dos processos na segunda etapa do GT”, disse.

A continuidade dos trabalhos foi definida após encontro de representantes da AMIG com o Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Victor Hugo Froner Bicca, no dia 21 de agosto, em Brasília. Ficou acertado que a finalização das apurações acontecerá na Superintendência de Minas Gerais, localizada em Belo Horizonte, para facilitar as ações, além de trazer mais dinamismo. A AMIG também solicitou que a mesma apuração seja realizada agora, examinando as dívidas das mineradoras CSN e Samarco.

AMIG marca presença em Congresso sobre os impactos da mineração nos municípios



Waldir Salvador, palestrante na abertura do congresso

O Consultor de Relações Institucionais da AMIG, Waldir Salvador, representou a entidade durante o Congresso Mineração & X Comunidades, promovido pela Revista Brasil Mineral, no mês de agosto, em Belo Horizonte. O evento buscou discutir a relação entre as mineradoras e as comunidades, além dos fatores decisivos e mudanças significativas no segmento para a sobrevivência da atividade de mineração, não só do ponto de vista das empresas, mas também da sociedade civil.

O consultor ministrou a palestra de abertura do evento com o tema “Mineração, sim ou não? Prós e contras para os municípios” e apresentou uma série de impactos da mineração nas áreas social, econômica e ambiental. Em sua explanação, Waldir apontou como principais pontos positivos da mineração, o estímulo ao planejamento das cidades, a expansão de receitas, o aumento da geração de empregos, a elevação do salário, além do crescimento econômico. “Para se ter uma ideia da importância, 90% do ICMS em alguns municípios são provenientes da atividade minerária. É uma grande fonte de arrecadação para utilização em favor da população”, ressaltou.

Como aspectos negativos da exploração mineral, Salvador destacou a degradação ambiental, a falta de infraestrutura, pois muitas cidades não estão preparadas para o aumento do número de habitantes e isso gera um crescimento desordenado. Além disso, ressaltou a sonegação e evasão fiscal no país.

“Invasões, crescimento urbano completamente desordenado, construções sendo realizadas em pouquíssimo tempo em áreas de risco, além da falta de estrutura dos serviços públicos são problemas que as prefeituras que não estão bem estruturadas não conseguem impedir”, informou. Um outro aspecto muito importante que foi pontuado por Waldir é a falta de transparência das mineradoras junto aos municípios com relação a realidade dos empreendimentos. “Faltam esclarecimento e verdade sobre quase tudo na relação entre empresas mineradoras e municípios, desde a apresentação do empreendimento e seus impactos, empregabilidade, recolhimento da CFEM e demais tributos, longevidade da atividade”, destacou.

O consultor finalizou de forma enfática, afirmando o posicionamento da AMIG sobre o tema central da palestra. “Mineração sim, mas, não do jeito que tem sido praticada. Os recursos minerais representam a potencialidade de uma riqueza, que se tornará efetiva com a extração e o seu aproveitamento, mas os municípios não são mais os mesmos. Temos um nível de conhecimento maior sobre a atividade. Conhecemos sobre legislação, processos, produção, mercado, licenciamento, preço, logística e as grandes empresas precisam assumir um compromisso de transparência com as cidades e entender essa nova postura adotada. Queremos uma mineração moderna e responsabilidade com todos os envolvidos no processo” afirma Waldir.

Renovação da concessão da malha férrea e a contrapartida para as cidades são discutidas em Brasília



Vitor Penido e representantes da ANTT

Dentre as atuações da AMIG estão a articulação e atuação política junto aos órgãos públicos nas questões relacionadas à mineração, seja na valorização de royalties ou os impactos causados pela atividade nas cidades. A renovação da concessão de exploração da malha ferroviária pela mineradora Vale, nas linhas Vitória- Minas e Carajás foi tema de reunião realizada no dia 22 de outubro em Brasília. Estiveram presentes no encontro o presidente da AMIG, Vitor Penido, prefeitos dos municípios associados, representantes da associação, além de membro da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), responsável pela liberação dos trechos. A mineradora solicita por mais 30 anos, a utilização das linhas para o escoamento da produção de minério do país.

A entidade solicitou aos representantes do governo federal e da mineradora que fosse estipulado um prazo acessível para que os municípios afetados pelas ferrovias possam apresentar as leis de mobilidade urbana com projetos estruturados para a melhoria da qualidade de vida população. “Queremos que os municípios tenham tempo hábil para estruturar boas resoluções e mitigação dos problemas referentes ao transporte de minerais. Serão décadas de exploração e a mineradora deve arcar sim com os impactos causados pela utilização das ferrovias. As ações devem ser em conjunto com as cidades”, explica Vitor Penido.

DIAS DE COMEMORAÇÃO!

Parceiros de lutas e conquistas que engrandecem ainda mais a história da AMIG.

Parabenizamos a todos os municípios e seus moradores pelo seu aniversário e que as realizações sejam crescentes em um amanhã de muita alegria e prosperidade.

Continuemos juntos rumo ao desenvolvimento e valorização de cada história!

Santa Bárbara – 04 de dezembro
Piracema – 12 de dezembro
Nazareno – 12 de dezembro
Conceição do Mato Dentro – 08 de dezembro
Belo Vale - 17 de dezembro
Brumadinho – 17 de dezembro
Congonhas – 17 de dezembro
Franciscópolis – 22 de dezembro
Pains – 31 de dezembro
Porteirinha – 17 de dezembro
Sarzedo – 21 de dezembro
São Gonçalo do Rio Abaixo – 30 de dezembro
Serro – 29 de Janeiro
Nova Lima – 05 fevereiro

Aumenta o número de Municípios Mineradores na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço



Grupo definiu novos municípios

A atuação política da AMIG gira em torno de articular soluções e benefícios justos para os municípios mineradores e acompanhar de perto todas as discussões que envolvem o tema mineração e seu universo. Esta afirmação está expressa como compromisso da entidade e foi pautada nisso, que a associação convocou o seu Consultor Ambiental, Danilo Vieira Júnior, para representar seus associados, na reunião da Fase II do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (CERBESE), que aconteceu no mês de agosto, no Parque das Mangabeiras para votação da proposta de ampliação de 94 para 169 municípios a serem reconhecidos como áreas da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE).

As votações do Comitê fazem parte das etapas de desenvolvimento do planejamento estratégico a ser cumprido conforme prevê o Programa Homem e a Biosfera (Man and the Biosphere Programme – MaB) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e vinculadas também ao Ministério do Meio Ambiente. A AMIG compactua com a visão de “contribuir para o desenvolvimento sustentável, proporcionando as condições e as oportunidades para uma interação harmoniosa entre o ser humano e o território que ele ocupa e utiliza para várias finalidades” e, exatamente por isso, entendeu a importância de levar ao Comitê o alerta para esta votação que, se fosse aprovada na íntegra, submeteria todos os municípios recém inseridos ao rigor da Deliberação Normativa (DN) COPAM 217/2017 que: “estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais para serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais”. Isso significa que os empreendimentos que se localizarem nesta área terão maiores burocracias, custos, fases e estudos em relação aos empreendimentos localizados nos demais Estados.

Vieira Júnior fez uma explanação para os membros do Comitê sobre a visão da AMIG, neste contexto, e enfatizou o risco que tal restrição poderia trazer ao setor produtivo das cidades e consequentemente para todo o Estado de Minas. Ele argumentou, ainda, que o crité-

rio locacional já é rigorosamente aplicado às 39 áreas reconhecidas como de Proteção Integral (Zonas Núcleo) como estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, classificadas como: parques nacionais, estaduais e municipais, monumentos naturais, reservas biológicas e estações ecológicas, que são diferentes das demais consideradas de Uso Sustentável, como áreas de proteção ambiental, áreas de proteção especial, floresta estadual e reservas particulares do patrimônio natural. Segundo ele, a própria Lei nº 9.985/2.000, já estabelece os critérios para o licenciamento ambiental nessas regiões, de acordo com o seu zoneamento pelo SNUC, o que dispensa o rigor da DN 217 no caso dos novos municípios em torno da Serra do Espinhaço a serem inseridos e que não são reconhecidos como Zonas Núcleo.

Os coordenadores da plenária, Miguel Ângelo Andrade, Coordenador do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera e da Serra do Espinhaço e representante da PUC Minas e Sérgio Augusto Domingues, representante da Rede Brasileira da Unesco e Secretário Executivo do Comitê RBSE, ouviram todos os membros presentes que compõem o CERBESE pelas instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, setor produtivo/privado, organizações não governamentais e populações tradicionais e abriram a votação. Todos foram unânimes pela conclusão da Fase II, a favor da ampliação das 169 áreas, porém, sem as exigências da DN217, conforme alerta da AMIG, defendida por seu Consultor Ambiental.

O Comitê deliberar sobre este assunto a favor dos municípios foi um passo muito importante, porém, ainda será necessário mobilização junto ao Governo do Estado para a devida alteração na DN 217/2017, que deverá ser novamente publicada no diário oficial, e, assim, garantir aos municípios o exercício das concessões de licenciamento ambiental, orientados por critérios de classificação para as novas áreas, diferentemente da área núcleo, conforme aprovado pelo Comitê Estadual. Esta mobilização será uma ação, segundo esclareceu o coordenador do Comitê, a ser executada pelo Grupo de Trabalho (GT) do CERBESE, que deverá cuidar dos trâmites legais para se tornar oficial junto ao SEMAD e aos órgãos reguladores.

Curso oferecido pela AMIG capacita servidores municipais para a gestão de licenciamento ambiental

Municípios associados à AMIG participaram do curso promovido pela entidade com o objetivo de capacitar servidores, esclarecer regras e procedimentos do licenciamento ambiental; Consórcio foi uma das ideias propostas pelos participantes



Servidores de diversas prefeituras participaram do curso

Dois dias de muito aprendizado, trocas de experiências e a certeza de que há muito trabalho pela frente. Esse foi o resultado do curso de Gestão Ambiental Municipal promovido pela AMIG, nos dias 17 e 18 de outubro, na sede da entidade. Com o tema “Como fazer Licenciamento Ambiental no âmbito municipal”, o curso teve como objetivo capacitar os gestores dos municípios associados, abordando o papel das prefeituras no processo de licenciamento, as legislações em nível estadual e federal, além de procedimentos importantes para realizar uma gestão mais eficaz. A atividade foi realizada em parceria com o Instituto G4 e, faz parte de uma série de ações da consultoria ambiental, novo serviço oferecido pela AMIG aos associados, que visa promover a autonomia dos municípios na questão relacionada ao meio ambiente.

O curso foi ministrado pelo advogado Leonardo Sorbliny, especialista em gestão ambiental e analista da Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM), da Zona da Mata, que fez um balanço positivo do curso e destacou a oportunidade va-

liosa de capacitação para os gestores municipais. “Estamos em um momento onde o município tem que assumir o protagonismo que cabe a ele na gestão ambiental. Falamos muito sobre o papel das cidades de acordo com o que prevê a Constituição Federal. Temos dificuldades no que diz respeito às dificuldades que competem aos municípios, seja a falta de estrutura, de corpo técnico e recursos, mas precisamos virar a página e começar uma nova etapa e o curso reflete esse momento”, apontou.

Para o presidente da AMIG, Vitor Penido, a iniciativa do curso reflete o cuidado da instituição em oferecer auxílio em questões importantes para as cidades. “Sabemos das dificuldades dos municípios e estamos oferecendo condições para que eles possam assumir seu papel frente ao tão complexo licenciamento ambiental. O serviço de assessoria está disponível para o associado e uma das ações neste nosso projeto é fomentar boas condições de trabalho para os municípios. O corpo técnico da AMIG é extremamente qualificado e dará o suporte necessário”, afirma.

Troca de experiências e novas opções de trabalho

O encontro proporcionou a troca de experiências entre os servidores municipais e permitiu que novas ideias e soluções surgissem como a proposta de formação de um consórcio, promissor instrumento de cooperação entre os municípios, cujo objetivo é otimizar a gestão ambiental por meio de parceria com empresas. “A maioria das prefeituras faz cada uma o seu procedimento e muitas vezes errado. Precisamos padronizar as ações, inclusive em cidade vizinhas. O curso nos proporcionou essa visão e foi muito bem montado. Valeu a pena”, afirmou a chefe da divisão do setor de licenciamento da cidade de Nova Lima, Jacira Maria de Oliveira. Segundo o ministrante este é um momento de transição, pois, a regulamentação do Estado perante os municípios só foi publicado no final do ano passado e algumas diretrizes ainda estão se consolidando. “Os resultados virão a médio e longo prazo. A perspectiva é muito positiva. A partir do momento que o município assumir essa função e desempenhar de forma eficaz essa função veremos de forma bem nítida e rápida a melhoria da qualidade ambiental”, explica Leonardo.

Dúvidas e participação

Além das informações legais, foram esclarecidas diversas dúvidas dos participantes em relação a procedimentos e serviços de âmbito municipal. “O objetivo é proporcionar o acesso a esses caminhos e a partir daí, dentro da legislação municipal, estabelecer os princípios para cada um adotar os procedimentos que são peculiares para atender as especificidades de cada território. Cada município tem uma história, características, topologias e isso deve ser levado em consideração”, conclui Leonardo.

Essa é uma das principais dificuldades da cidade de Belo Vale como relata a secretária de Meio Ambiente, Fernanda de Castro Matos. Ela explica que a prefeitura já realiza o licenciamento mas, que as demandas são diversificadas, o que prejudica a fiscalização. “Temos desde o pequeno minerador até o setor agropecuário, ou seja, a nossa atividade demanda diversos tipos de fiscais. O curso foi ótimo, pois acrescentou mais conhecimento e pudemos identificar onde estamos errando e em que setor podemos melhorar”, finalizou.

“Estamos em um momento onde o município tem que assumir o protagonismo que cabe a ele na gestão ambiental”

Leonardo Sorbliny



Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Belo Vale solucionou diversas dúvidas durante capacitação

Consultorias Tributária e Jurídica auxiliam na regulação fiscal e na arrecadação dos municípios

Assessorias são disponibilizadas para municípios associados e propiciam o aperfeiçoamento de leis e melhorias na arrecadação

O complexo setor tributário brasileiro é desafiador para diversos setores da economia, inclusive para o da mineração. Na área jurídica não é diferente, a atualização de leis e procedimentos no setor público muitas vezes se tornam morosos e com pouca eficácia. O desconhecimento faz com que municípios deixem de identificar diversas oportunidades de arrecadação, que se bem utilizadas, retornam para a população em forma de infraestrutura, transporte, saúde e educação. Para orientar os associados, a AMIG oferece todo o suporte técnico com assessorias especializadas, que inclui as consultorias jurídica e tributária. Além de oferecer apoio para compreender, atuar e fiscalizar as atividades integradas à mineração, os municípios e comunidades associadas recebem também o suporte para proceder a correta aplicação da CFEM, melhorar e acompanhar os trabalhos de fiscalização da atividade minerária e estabelecer um relacionamento institucional entre município e mineradora, de maneira técnica e profissional.

Em tempos de crise econômica e com atrasos do governo estadual nos repasses aos municípios, a assessoria jurídico-tributária assume um papel indispensável e estratégico para uma regulação eficiente e melhoria da arrecadação, para o aperfeiçoamento e o controle da atividade de mineração. Veja como as assessorias das AMIG podem ajudar os municípios.

Suporte tributário sobre os impostos e royalties

A assessoria tributária oferecida para o associado contribui para auxiliar o município a lidar com as constantes mudanças no cenário fiscal, incluindo o suporte relacionado aos impostos e royalties específicos de mineração, preços de transferência, planejamento tributário, políticas fiscais e desenvolvimento de estruturas fiscais eficientes. A consultora tributária da AMIG, Rosiane Seabra resalta que o serviço de assessoria tributária é essencial para tranquilizar o pessoal que está à frente do trabalho de fiscalização e arrecadação da CFEM, municiando-os com informações técnicas. "Orientamos sobre documentações que os municípios podem pesquisar e ajudamos na identificação de erros na arrecadação e recolhimento de impostos", destaca. Um exemplo dos resultados alcançados pela assessoria tributária da AMIG foi a identificação de erro no repasse da CFEM para os municípios de Nova Lima, Itabirito e Mariana, que foi esclarecido através de ações junto a mineradora e a Agência Nacional de Mineração (ANM). "Com

isso, foi possível constatar lançamentos errados no sistema do governo federal, em junho de 2018, reduzindo o repasse de Nova Lima e Mariana, que juntas acumularam aproximadamente 8,4 milhões de reais. Esses valores não recebidos foram regularizados após apontarmos o erro para a ANM", conclui Rosiane. Essa diferença no repasse foi regularizada em julho de 2018, creditando esses valores na cota destes municípios

Relevância da Assessoria Jurídica

O suporte técnico jurídico possibilita que os gestores acompanhem as atividades de mineração em seu território. No trabalho oferecido pela associação é realizado o acompanhamento na modificação de leis, portarias e convênios. "É um serviço detalhado e que respeita os limites institucionais, pois estamos tratando de assuntos jurídicos dos associados e também da associação. É um trabalho transparente, feito colaborativamente", garante Rogério Moreira, consultor jurídico da AMIG. De fevereiro a agosto, também deste ano, a equipe da assessoria jurídica da AMIG fez junto aos associados trabalhos de acompanhamento e atendimento a diversas prefeituras e os resultados foram positivos. "Com o trabalho realizado pela AMIG outros municípios estão procurando a entidade para se associarem. Isso fortalece e legitima o trabalho realizado", afirma.

“Com o trabalho realizado pela AMIG outros municípios estão procurando a entidade para se associarem. Isso fortalece e legitima o trabalho realizado”

Rogério Moreira

Na AMIG, você tem profissionais especializados para orientar seu município

Assessoria Tributária

Pesquisa mineral Levantamento de dados e de acompanhamento de situações que envolvem pesquisas de jazidas.	ISS Orienta a possibilidade de alterações para aumentar a alíquota em atividades com grandes contratos.	Alvará de funcionamento Cobrança de licença adequada à área do empreendimento e impacto ambiental.
CFEM Auxiliar os fiscais municipais na verificação da regularidade da CFEM. Acompanhar os investimentos da atividade na expansão mineral, promovendo estimativas futuras no recebimento da CFEM.	IPTU Orientar os associados conforme área localizada do empreendimento da possibilidade de ampliação do perímetro de expansão urbana, de acordo com cada realidade, para cobrança do IPTU.	

Assessoria Jurídica

CFEM Aplicação correta da CFEM;	LEIS E NORMAS Discussão e proposição de instrumentos normativos de âmbito municipal; Uso e ocupação do solo;
Competência municipal sobre a atividade minerária;	Legalidade e a possibilidade de exploração de recursos minerais em empreendimentos públicos.

Arrecadação da CFEM tem em 2018 o maior recolhimento da história

A Compensação Financeira pela Exploração Minera (CFEM) totalizou, no período de janeiro a outubro, um crescimento de 63,32% em 2018 em comparação ao mesmo período de 2017, o maior recolhimento registrado na história, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). No acumulado, o país recebeu R\$ 2,41 bilhões e a estimativa é que o ano de 2018 encerre com R\$ 3 bilhões.

Faltando dois meses para o encerramento do ano, tanto o Brasil quanto o Estado de Minas Gerais já ultrapassaram o recolhimento de todo o ano de 2017. Minas Gerais já arrecadou até o momento, cerca R\$ 1,05 bilhões de CFEM, um crescimento de 35,21% em relação aos doze meses de 2017, onde o estado totalizou mais de R\$ 777 milhões.

O aumento observado no ano de 2018 reflete as alterações na forma de apuração da base de cálculo da CFEM e as alterações das alíquotas, advindas com a Lei 13.540/2017 que passou a vigorar neste ano. Destaca-se ainda o aumento na produção do maior complexo minerador do país, localizado no estado do Pará, que de acordo com a mineradora Vale deve fechar o

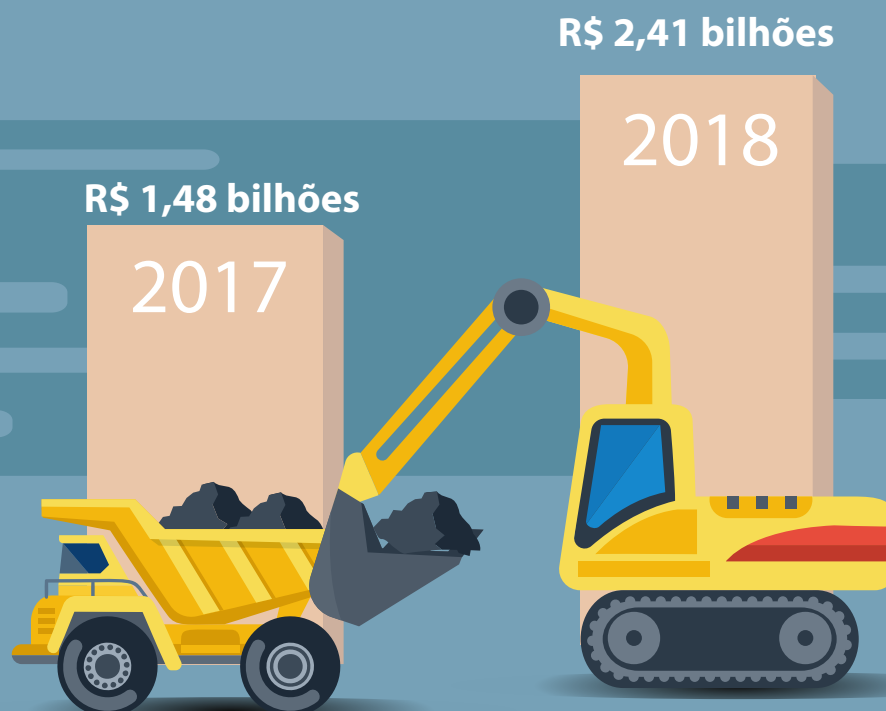
ano de 2018 com produção acima de 60 milhões de toneladas.

Além das alterações nas alíquotas e na base de cálculo, a lei também alterou os percentuais de critérios de distribuição da CFEM, incluindo ainda, os municípios que não são produtores, mas sofrem os impactos da mineração. De acordo com a lei, 60% dos recursos da CFEM destinam-se aos municípios produtores, 15% ao Estado, 10% para a União e 15% para municípios impactados e gravemente afetados pela atividade de mineração.

Segundo o Decreto 9.406/18, publicado em junho deste ano, são considerados municípios impactados, aqueles por onde passam estradas, ferrovias, dutos de transporte de minérios, portos de embarque e desembarque de produtos minerais, barragens de rejeitos e instalações. O percentual de 15% destinado aos municípios impactados e gravemente afetados totalizam em nível nacional, mais de R\$ 200 milhões. Estes recursos ainda não foram distribuídos, pois aguardam a publicação da ANM com a relação dos municípios que serão contemplados.

ACUMULADO DA ARRECADAÇÃO DA CFEM

Janeiro a Outubro



Fonte: ANM /
Luciana Mourão
Departamento de
Economia da AMIG

Documento com reivindicações da AMIG é entregue para Deputados e Senadores eleitos por Minas Gerais



Prefeitos e representantes de vários municípios estiveram presentes

A Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (AMIG), em parceria com a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (GRANBEL), realizou no dia 19 de novembro, no auditório da Prefeitura de Belo Horizonte, o Fórum com os Senadores e Deputados Federais e Estaduais eleitos por Minas para o pleito de 2019-2022. A iniciativa teve como objetivo estreitar o diálogo com os representantes eleitos e pautar assuntos relacionados às questões minerárias num momento tão adverso que o país enfrenta. Estiveram presentes o Prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, prefeitos associados às instituições e representantes das entidades.

A AMIG pretende que a mineração seja uma pauta permanente para uma efetiva atuação dos parlamentares mineiros. Para isso, encaminhou um documento que contempla diversas reivindicações, entre elas, a estruturação da Agência Nacional de Mineração (ANM); o apoio no combate à sonegação fiscal, inclusive com parceria da Receita Federal; implantação de comissão para fomento da economia no Estado, além de sugestões para alteração nas leis vigentes do país. O presidente das associações, Vitor Penido, resalta que essa foi a primeira reunião com os parlamentares. “Queremos atuar em conjunto com os representantes eleitos pela população de forma contínua. A economia do país depende dessa atividade e precisamos de maior fiscalização e de um órgão atuante nos interesses dos municípios mineradores e impactados. O encontro foi em Minas, mas

as propostas beneficiam todo o Brasil”, afirma Penido.

O Consultor de Assuntos Institucionais da AMIG, Waldir Salvador, apresentou as demandas da AMIG e afirmou que uma das principais conquistas da associação em favor dos municípios com atividade minerária e impactados por ela, só foi possível graças ao apoio do legislativo, em especial a bancada de deputados federais de Minas. “O apoio de vocês é fundamental para que a área da mineração tenha a importância que lhe é devida. Tivemos uma conquista espetacular no ano passado com o apoio dos deputados de Minas em nível federal e da Assembleia Legislativa que, por meio da comissão de Minas e Energia, abriu portas e deu eco à nossa fala no Senado e na Câmara Federal. Assim, com o apoio de outros Estados importantes, conseguimos alterar o valor dos royalties da mineração que eram os menores do mundo. Estamos ainda longe do ideal, mas agora os valores estão maiores em relação ao que se pagava antes da lei ser sancionada”, explicou.

Waldir fez uma síntese da atual situação da Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que, ao longo dos anos, sofreu um sucateamento em todas as suas áreas, mas que, em contrapartida, a mineração cresceu exponencialmente, nesses últimos anos. “O setor não tem funcionários, sistema eficaz, automóvel para fiscalização, mobiliário, estrutura física, não possui técnicos, não tem fiscais. Nossos municípios e estados estão precisando de recursos. Se estivéssemos com a Agência

funcionando de forma correta, o valor da arrecadação para os municípios impactados já teriam sido liberados”, pontuou. A AMIG destacou a importância da estruturação imediata do órgão regulador e fiscalizador. “Queremos que os diretores da ANM sejam técnicos, pessoas qualificadas e que realmente entendam das complexidades da área da mineração. Já foram realizadas quatro sabatinas pelo Senado e, infelizmente, há somente um técnico e os outros são indicações políticas e de regiões que não tem mineração como principal fonte de arrecadação, como é o caso de Minas e Pará”, afirmou o consultor.

A AMIG solicitou aos parlamentares a estruturação imediata do órgão regulador e fiscalizador e argumentou que o percentual de 7% da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) que é destinado ao órgão é um valor significativo para fazer as melhorias necessárias. “Queremos que os diretores da agência sejam técnicos, pessoas qualificadas e que realmente entendam das complexidades da área da mineração”.

Outro ponto abordado foi o combate à sonegação fiscal que tanto prejudica o país. Supõe-se que do montante declarado de recolhimento da CFEM não condiz com o real valor do importe. “Estamos falando de agregados da construção civil, nióbio, manganês, minério de ferro, pedras ornamentais. Alguns segmentos ficam anos sem recolher a compensação”, explica Waldir. O consultor solicita ainda aos representantes eleitos que ajudem a ANM para que se concretize um convênio com a Receita Federal, que possui uma grande expertise em arrecadação, para orientar o órgão nesse sentido. Destacou que é fundamental que deputados e senadores acompanhem o setor da mineração, que cuidem dos interesses dos estados e municípios mineradores e não apenas das grandes empresas.

O senador eleito, Carlos Viana, ressaltou a importância do encontro, afirmou que irá acompanhar de perto as questões da mineração e pretende criar uma comissão permanente no

senado, voltada para a área de mineração. “O objetivo é dar transparência na área, e que as Prefeituras sejam beneficiadas. Haverá sim o destaque que a mineração merece no país”, disse.

Ações para Minas Gerais

No âmbito estadual, foi defendida pela AMIG a retomada do conselho estadual de geologia e mineração, com um fórum de discussão permanente sobre a atividade, para que se encontrem as melhores condições para o Estado fomentar a economia sem ser prejudicado por ela. “Minas Gerais vai deixar de ser o maior estado minerador, porém, tem a mineração mais diversificada e um grande potencial econômico para investir. “Queremos a criação de um fundo com investimentos dos municípios, estados e iniciativa privada com a coordenação da Codemig para promover a diversificação econômica”, explicou Waldir.

O processo de licenciamento ambiental também foi pontuado. O objetivo é que os representantes do legislativo estadual ajudem os municípios menores a montarem consórcios para licenciamento local, que hoje se constitui em uma importante fonte de arrecadação, além da agilização no processo de licenciamento, um atrativo para empresários.

O presidente das instituições, Vitor Penido ressaltou as dificuldades que o país atravessa e apresentou o que deve ser necessário para os novos representantes eleitos. “É um momento de muita reflexão, de muito trabalho, de compreensão e porque não dizer de cortes, diante do momento que o país enfrenta. Qualquer prefeitura para administrar a sua cidade tem que fazer o dever de casa e encontrar uma solução para diminuir gastos, e o legislativo deve apoiar nessas mudanças e trabalhar em parceria. A atividade mineradora é fundamental para o país e deve ser tratada com valorização e responsabilidade, por isso, um evento como este é tão importante”, finalizou.



Encontro foi realizado em Belo Horizonte

Trajetória de conquistas e realizações da AMIG

Confira algumas vitórias da entidade, associe seu município e venha fazer história no setor mineral

1989 | A AMIG é criada

Com o objetivo de defender os interesses e direitos dos municípios mineradores na promoção do desenvolvimento sustentável e na conquista por recursos. É instituída a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) com a Lei Nº 7.990, em 28 de dezembro de 1989.

1991 | Regulamentação da CFEM

Com o Decreto Federal 1 de 1991, do Ministério de Minas e Energia e criação do percentual específico de 5,61% de ICMS, que compensou temporariamente as perdas dos municípios. AMIG adquire a sua sede.

2000 | Movimento

A AMIG, os municípios e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) atuaram para cassar na justiça a liminar do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e de Metais básicos (Sinferbase), que permitia a dedução do custo do transporte interno na base de cálculo da CFEM. Após identificar irregularidades nos recolhimentos dos royalties da mineração, esse movimento proporcionou pagamentos extras da compensação aos municípios.

2005 | Luta para aumentar alíquota

do minério de ferro de 2% para 4% de do faturamento bruto da CFEM e melhoria da estrutura de fiscalização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), passando de apenas um fiscal para 20 profissionais em Minas Gerais.

2008 | Vitória judicial sobre o Sinferbase

Reconhecimento de que as mineradoras não poderiam descontar da CFEM os custos de transporte interno das empresas. Acontece o primeiro acordo de cooperação técnica de fiscalização da CFEM, entre o DNPM e uma prefeitura, sendo Itabirito a pioneira em aprovar uma lei que regulamenta a competência do município para acompanhar e fiscalizar a mineração.

2013 | 13 municípios mineiros receberam R\$ 300 milhões

Após decisão judicial movida pela AMIG, 13 municípios mineiros receberam cerca de R\$ 300 milhões da Vale pela dívida de royalties. No mesmo ano, o DNPM e a AMIG lideram as discussões do cálculo da CFEM sobre o processo de pelotização do minério de ferro e desenvolvendo papel importante no debate na elaboração do novo marco regulatório da mineração.

2014 | Lançamento do movimento Minério Justo. Nosso Marco

Teve como objetivo lutar pelo reajuste da CFEM e pela aprovação do novo Marco Regulatório. Outra conquista foi o comprometimento da Vale em pagar dívida de R\$ 1 bilhão a cidades mineradoras.

2016 e 2017 | Vitórias importantes

Vale quita débito de R\$ 250 milhões para as cidades mineradoras. O novo Marco Regulatório da Mineração é aprovado por meio da Lei nº 13.540/2017, que trouxe novas regulamentações para o setor da mineração com alíquotas diferenciadas da CFEM, inclusão de municípios impactados pela atividade de exploração mineral. Agência Nacional de Mineração criada pela lei 13.575/2017.

2018 | AMIG passa a ter uma atuação nacional

Para defender uma mineração mais justa e sustentável, todos os Estados mineradores do Brasil podem se associar à AMIG.





QUANDO TODOS ATUAM JUNTOS COM OBJETIVOS COMUNS E ESFORÇOS ALINHADOS, AS CONQUISTAS FAZEM HISTÓRIA

A AMIG atua, há quase 30 anos, em prol de uma mineração justa e sustentável.

Agora, a AMIG É BRASIL! Um reconhecimento que nos incentiva a continuar trabalhando pelo desenvolvimento das cidades mineradoras e das cidades impactadas pela mineração em todo país. Com a AMIG, seu município tem voz e representatividade frente aos órgãos públicos, em busca do fortalecimento da causa minerária, além de assessorias ambiental, jurídica e tributária.

Seu município precisa ser AMIG! Associe-se e fortaleça o reconhecimento e a credibilidade de sua cidade frente à mineração.

www.amig.org.br (31) 3275-3770

 Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais

 @amig_mg


ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES
DE MINAS GERAIS E DO BRASIL